

22 JAN 1994

Navio no porto

CHEGA ao ancoradouro o barco da CPI do Orçamento, maltratado por um vendaval de pressões. Novas pressões continuarão a exercer-se, daí por dante, quando passamos ao capítulo da efetiva cassação de mandatos.

MAS o que se viu até hoje sugere que o esforço não foi em vão. E há margem razoável de confiança para acreditar que o Congresso, ao fim e ao cabo, não cometerá suicídio político, não decepcionará a sociedade, que, como nunca, olha em sua direção — e que fará julgamento imparcial se for frustrada em suas expectativas.

É PRECISO lembrar que esta foi a primeira grande investigação do gênero, em termos de vida parlamentar. Como é do conhecimento geral, o Congresso, durante duas décadas de regime militar, teve uma existência quase espectral, afastado das decisões realmente importantes. O país e os próprios congressistas se desacostumaram de pensar em responsabilidade parlamentar, traço característico das democracias maduras.

A CONSTITUIÇÃO de 1988, pretendendo virar a página, criou, em alguns sentidos, facilidades extraordinárias, como a autorização explícita para que congressistas distribuissem benefícios sociais. Sabemos, agora, onde foram parar muitos benefícios.

ACABAMOS chegando — antes tarde do que nunca — a uma espécie de hora da verdade. A apuração de responsabilidades, sob a condução de figuras como o relator Roberto Magalhães, avançou consideravelmente. Avançou tanto que é simplesmente impensável a possibilidade, muito falada nos primeiros tempos da CPI, de tudo acabar numa mistura indistinta de inocentes e culpados.

ESSA hora da verdade política coincide com a necessidade do ajuste fiscal, que é a verdade orçamentária. Também por esse lado chegou a hora de dar limites à ficção.

O BRASIL por muitos anos agiu como se brincasse com fórmulas econômicas; era, nesse terreno, o paraíso da imaginação fértil. Brincou de

fazer planos. Inventou uma espécie de indexação que é única no mundo, e que corresponde a um pileque social — prejudicando sempre os mais pobres.

POR conta disso, ficamos totalmente expostos à opinião pública internacional, sem condições de responder à velha acusação de que este não é um país sério.

ESTÁ na hora de acabar com tanto desmazelo. O ajuste econômico, entre mil exigências e concessões, começa a tomar forma. Os passos seguintes tendem a ser especialmente dolorosos: sacrifícios generalizados doem sempre mais em quem tem menos.

DAÍ a responsabilidade gigantesca dos que, neste Brasil de 1994, têm posições de mando. Fazer a vida econômica acertar o passo pode ser a virada de página de que os cidadãos conscientes estão ansiosamente à espera.

ACEITAR o contrário é dar mostras de irresponsabilidade suicida.